

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	XV
<b>Prefácio</b> .....	XIX
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 Da Participação na Gestão Democrática da Cidade: Arcabouço Teórico e Conceitual sobre os Desafios do Planejamento Territorial Compartilhado</b> .....	9
1.1 A Crise das Instituições da Democracia Representativa e as Potencialidades da Participação Popular.....	11
1.2 Política Urbana Pós-Estatuto da Cidade: Uma Visão Crítica do Planejamento Territorial .....	24
1.3 A Cidade Enquanto Mercadoria e a Cidade Enquanto Direito: O Desafio da Gestão do Bem Comum Ambiental-Urbano em Face dos Interesses Privados .....	33
1.4 O Resgate da Dimensão Coletiva na Gestão Democrática da Cidade: As Propriedades Especiais Constitucionais e a Função Social na “Pós-Modernidade” .....	42
<b>2 O Regime Jurídico do Plano Diretor Participativo em seu Contexto Histórico-Legislativo</b> .....	53
2.1 A Participação Popular para Proteção do Meio Ambiente no Contexto Internacional Aplicável ao Brasil .....	56
2.1.1 A Temática da Participação Popular nas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente .....	56
2.1.2 Participação Popular na Convenção de Århus: Legislação Comparada.....	65
2.2 Mecanismos de Participação Popular para a Proteção do Meio Ambiente Natural e Urbano no Contexto Legislativo Brasileiro .....	68
2.2.1 Participação Popular no Âmbito Legislativo .....	69

2.2.1.1 Participação Direta: Iniciativa Popular, Referendo e Plebiscito.....	70
2.2.1.2 Participação Indireta em Órgãos Dotados de Poderes Normativos .....	72
2.2.2 Participação Popular no Âmbito Administrativo.....	74
2.2.2.1 Audiência Pública nos Processos de Licenciamento Ambiental .....	74
2.2.2.2 Audiência Pública na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.....	77
2.2.2.3 Políticas Revogadas em 2019: Sistema Nacional de Participação Social e Política Nacional de Participação Social .....	80
2.3 Os Mecanismos de Participação na Gestão Do Espaço Urbano e o Problema das Audiências Públicas do Plano Diretor Participativo .....	83
2.3.1. O Conselho das Cidades.....	83
2.3.2 Regime Jurídico da Audiência Pública no Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 .....	86
2.3.3 A Audiência Pública do Plano Diretor Participativo: Exame de Sua Função e Natureza Jurídica.....	92
2.3.3.1 As etapas do plano diretor e sua finalidade .....	92
2.3.3.2. O Problema do Sentido Jurídico da Audiência Pública do Contexto do Plano Diretor.....	99
<b>3 Análise Histórica das Primeiras Experiências Participativas na Construção do Plano Diretor das Cidades da Região Sul do País.....</b>	<b>113</b>
3.1 O Banco de Experiências e a Audiência do Plano Diretor .....	115
3.1.2. Bancos de Experiências no Paraná .....	117
3.1.2.1. Araucária: Organização e Realização para Revisão do Plano Diretor (2005) .....	118
3.1.2.2. Castro: Estudo de Diagnóstico Sociopolítico para a Participação Popular e Incorporação do Contexto Rural no Plano Diretor Participativo (2004-2005) .....	122
3.1.2.3. Londrina: Capacitação Pré Revisão do Plano Diretor (2005) .....	129

3.1.2.4. Maringá: Elaboração de Plano Diretor em Região Metropolitana (2002-2004).....	132
3.1.3. Bancos de Experiências em Santa Catarina.....	135
3.1.3.1. Chapecó: Reuniões Macrorregionais e Leitura Comunitária (2001-2003).....	136
3.1.3.2 São José: Macrozoneamento e Participação Popular (2001-2004).....	140
3.1.4. Bancos de Experiências no Rio Grande do Sul.....	145
3.1.4.1. Bagé: Macrozoneamento Rural e Preservação do Patrimônio Cultural (2001-2006).....	145
3.1.4.2. Pelotas: 13 Ideias para a Elaboração do Plano Diretor (2001-2005).....	149
3.1.4.3. Santa Maria: Instâncias Participativas e sua Consolidação para o Plano Diretor (2001-2005).....	153
3.1.4.4. São José do Norte: Regularização Fundiária e Plano Diretor Participativo (2006).....	157
3.1.4.5. Viamão: Participação de Comunidades Tradicionais (2006).....	159
3.2 Expectativas e Balanço Crítico dos Primeiros Planos Diretores Participativos: Pontos Comuns entre as Cidades Analisadas.....	162
<b>Conclusão</b> .....	167
<b>Referências</b> .....	177